



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro:	Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua
Processo:	01556930520188060001
Classe do Processo:	Petições Intermediárias Diversas
Data/Hora:	09/12/2021 15:02:59

Partes

Solicitante:	Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
--------------	---

Documentos

Petição:	2600937_IMPUGNACAO_AO _LAUDO_PERICIAL_03 - 1- 7.pdf
Documentação:	PROCESSO ADMINISTRATIVO E COMPROVANTE DE PAGAMENTO - 1-42.pdf
Documentação:	PROCESSO ADMINISTRATIVO E COMPROVANTE - 1-4.pdf
Documentação:	PROCESSO ADMINISTRATIVO E COMPROVANTE - 5-7.pdf
Documentação:	PROCESSO ADMINISTRATIVO E COMPROVANTE - 8-10.pdf
Documentação:	PROCESSO ADMINISTRATIVO E COMPROVANTE - 11-13.pdf
Documentação:	PROCESSO ADMINISTRATIVO E COMPROVANTE - 14-16.pdf

Nota: Alguns dos documentos peticionados foram segmentados para manter o padrão de tamanho definido pelo Tribunal.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo n.º 01556930520188060001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **OCQ6320**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - CE		Nº 013871366870	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	RUNTRC	EXERCÍCIO
PPT 01	407988661	0000000000	2017
NOME			
FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA			
ARARENDA /CE			
CPF / CNPJ	PLACA		
04602757391	OCQ6320/CE		
PLACA ANT. /UF	CHASSI		
/CE	9C2KD0550BR505257		
ESPÉCIE TIPO		COMBUSTÍVEL	
PAS/MOTOCICLO/NAO APLIC.		GASOL/ALCO	
MARCA / MODELO		ANO FAB. / ANO MOD.	
HONDA/NXR150 BROES		2010 / 2011	
CAF. POT. / CL	CATEGORIA	COR. PREDOMINANTE	
2P/0CV/149CC	PARTIC	PRETA	
COTA ÚNICA	VENG. COTA ÚNICA	VENG. COTAS	
1ª	2ª	3ª	
PARCELAMENTO / COTAS			
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IDP (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	
00/00/00		00/00/00	
OBSERVAÇÕES			
ARARENDA			
LOCAL	DATA		
ARARENDA	16/01/2018		
Igor Ponte Superintendente			

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULO AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOA TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT			
CE Nº 013871366870		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
04602757391	OCQ6320		
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA www.seguradoralider.com.br SAC DPVAT 0800 022 1204			
013871366870	101506275		
EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO		
2017	16/01/2018		
VA	CPF / CNPJ	PLACA	
01	04602757391	OCQ6320	
RENAVAM	MARCA / MODELO	ANO FAB. / ANO MOD.	
407988661	HONDA/NXR150 BROES	2010 / 2011	
CAF. POT. / CL	CATEGORIA	COR. PREDOMINANTE	
2P/0CV/149CC	PARTIC	PRETA	
COTA ÚNICA	VENG. COTA ÚNICA	VENG. COTAS	
1ª	2ª	3ª	
PARCELAMENTO / COTAS			
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IDP (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	
00/00/00		00/00/00	
OBSERVAÇÕES			
ARARENDA			
LOCAL	DATA		
ARARENDA	16/01/2018		
Igor Ponte Superintendente			

Sua busca por placa: OCQ6320 UF: CE CATEGORIA: 09*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento				
+	2018	R\$185,50	Quitado					
-	2017	R\$185,50	Quitado					
<table><tr><th>Data Pagamento</th><th>Valor Pago</th></tr><tr><td>10/01/2018</td><td>R\$185,50</td></tr></table>					Data Pagamento	Valor Pago	10/01/2018	R\$185,50
Data Pagamento	Valor Pago							
10/01/2018	R\$185,50							
+	2016	R\$292,01	Quitado					
+	2015	R\$292,01	Quitado					
+	2014	R\$292,01	Quitado					
+	2013	R\$292,01	Quitado					
+	2012	R\$292,01	Quitado					
+	2011	R\$27,09	Quitado					

(*) Motocicleta

Exercício: 2017 UF: CE Final da Placa: 0 Categoria(Saiba mais): 9 Pagamento: À vista

O prêmio do Seguro DPVAT será pago integralmente no vencimento da COTA ÚNICA ou da primeira parcela do IPVA, ou juntamente com o emplacamento ou no licenciamento anual, no caso de veículos isentos do IPVA, conforme disposto nas [Resoluções CNSP 332/2015](#) e [CNSP 342/2016](#), e na Portaria Interministerial 293/2012.

Categoria: 9

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
0	31/01/2017	SIM	31/01/2017	11/12/2017

CE: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2017

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE

DA LESÃO NO JOELHO ESQUERDO

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada no JOELHO ESQUERDO seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial a petição inicial do autor e a documentação médica acostada apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado no JOELHO ESQUERDO e o sinistro de trânsito.


RESSALTA-SE INCLUSIVE QUE A PRÓPRIA PETIÇÃO INICIAL E OS DOCUMENTOS MÉDICOS DE PRIMEIRO ATENDIMENTO APONTAM A EXISTÊNCIA DE LESÃO NO JOELHO DIREITO!!

II - DA SITUAÇÃO FÁTICA

O Autor foi vítima de acidente de trânsito ocorrido na Localidade de Lagoa do Peixe, Zona Rural, município de Ararendá/Ce, no dia 10 de Setembro de 2017, quando o mesmo pilotava a MOTOCICLETA marca/modelo HONDA/NXR 150cc BROS ES, ano fab/mod 2010/2011, cor PRETA, placa OCQ 6320-CE, chassi 9C2KD0550BR505257, licenciada em nome do requerente, na ocasião, o mesmo perdeu o controle e veio a cair sobre o solo após colidir em um animal (vaca), conforme narra Boletim de Ocorrência Policial em anexo.

Após o ocorrido o requerente recebeu atendimento médico no Hospital municipal de Ararendá/Ce, e dali foi transferido para o Hospital São Lucas da cidade de Crateús/Ce, onde recebeu atendimento médico especializado, conforme prontuário médico em anexo.

Conforme se percebe do prontuário de Atendimento, em anexo, o Autor foi diagnosticado com lesão em Membro Inferior Direito, que evoluiu com comprometimento considerável do Membro afetado.

 GOVERNO MUNICIPAL
ARARENDÁ
MUNICÍPIO DE ARARENDÁ - CEARÁ
WWW.ARARENDA.CE.RV339

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARENDÁ
SSM - Secretaria de Saúde do Município
SUS - Sistema Único de Saúde

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE PACIENTE EXTERNO

Sus 898 00326316 0236 Nº.: Data: 10/09/17

1. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

Nome: Fº João Soares
Est. Civil: Solteiro Sexo: M Data do Nasc. 10/06/1984 Ce
Naturalidade: Ce Prof.:
Procedência: Ararendá
Residência: Lagoa do Peixe
Filiação: Jose Wilton de Sousa, Maria Pedrique
Cônjuge: Mendes

2. QUEIXA PRINCIPAL: Paciente sofreu queda de motocicleta (caiu em
vaca) provocando lesões em antebraço e joelho com dor


3. HISTÓRIA ATUAL: contundimento em joelho direito com dor
em joelho

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

JOELHO ESQUERDO APURADO NA PERICIA - LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado administrativamente verba indenizatória DPVAT, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 20/01/2016.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos do processo administrativo 3160-68152 em decorrência de lesão no JOELHO ESQUERDO **em 50%**, sendo que na presente ação judicial o laudo pericial indica a mesma lesão em seu joelho esquerdo, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que também fora recebida anteriormente em acidente de 20/01/2016.

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA				
DADOS DO SINISTRO				
Número: 3160668152	Cidade: Ararendá	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA	Data do acidente: <u>20/01/2016</u>	Seguradora: ARUANA SEGUROS S/A		
PARECER				
Diagnóstico: FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA. FRATURA NÃO ESPECIFICADA DO QUINTO METACARPO ESQUERDO. ENTORSE NO JOELHO E TORNOZELO ESQUERDOS.				
Descrição do exame médico pericial: VÍTIMA QUEIXA-SE DE POLIARTRALGIA. AO EXAME APRESENTA LIMITAÇÃO NA FLEXÃO, ABDUÇÃO E ROTAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO OMBRO ESQUERDO. APRESENTA ABAULAMENTO ÓSSEO NO QUINTO METATARSO DEVIDO À CONSOLIDAÇÃO VICIOSA DA FRATURA, RESULTANDO NA REDUÇÃO DA PREENSÃO MANUAL DA MÃO ESQUERDA. APRESENTA DERRAME ARTICULAR NO COMPARTIMENTO MEDIAL DO JOELHO ESQUERDO COM INSTABILIDADE ARTICULAR COM ABERTURA AO STRESS E FALSEAMENTO NA MARCHA. TORNOZELO SEM SEQUELA PERMANENTE.				
Resultados terapêuticos: VÍTIMA SUBMETIDA A TRATAMENTO CONSERVADOR COM IMOBILIZAÇÃO GESSADA DOS SEGMENTOS LESADOS. NÃO CONSEGUIU REALIZAR FISIOTERAPIA PELO SUS.				
Sequelas permanentes: Limitação funcional do <u>joelho esquerdo</u> , Limitação funcional do membro superior esquerdo				
Sequelas: Com sequela				
Data da perícia: 05/12/2016				
Conduta mantida:				
Observações:				
Médico examinador: Casemiro Dutra de Medeiros Junior				
CRM do médico: 6818				
UF do CRM do médico: CE				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros superiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
<u>Perda completa da mobilidade de um joelho</u>	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	<u>R\$ 1.687,50</u>
Total			30 %	R\$ 4.050,00

Assim, constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a lesão no JOELHO ESQUERDO não possui nexos com o presente sinistro.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

DA LESÃO NO JOELHO DIREITO NARRADA NA INICIAL - LESÃO PREEXISTENTE

Insta mencionar que a parte autora também pleiteou administrativamente verba indenizatória DPVAT, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 05/08/2011.

Destaca-se que referente a este acidente o autor já recebeu em decorrência da lesão JOELHO DIREITO em 50%, ou seja, o valor de 1687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL



DADOS DO SINISTRO

Número: 2012044403	Cidade: Ararendá	Natureza: Invalidez
Vítima: FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA	Data do acidente: <u>05/08/2011</u>	Emissor do parecer: Edson Luís D Andrade
Seguradora: BCS SEGUROS S/A	Prestadora: Visão Médica Ltda	CRM do médico: 441219

PARECER

Data da análise: 08/02/2012

Valoração do IML:

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EM JOELHO E PE DIREITOS

Resultados terapêuticos:

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO JOELHO E PE DIREITOS

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida: Não

Quantificação das sequelas: INVALIDEZ PARCIAL /JOELHO DIREITO: 50% DE 25% = 12,5%/PE DIREITO: 25% DE 50% = 12,5%/ TOTAL:25%

Documentos complementares:

Observações:

Valor pleiteado: 13.500,00

Médico avaliador: EDSON ANDRADE

UF do CRM do RJ médico:

DANOS

Dano	%	Dimensão	Graduação
Perda funcional completa de um dos pés	50	1	25
<u>Perda completa da mobilidade de um joelho</u>	25	1	<u>50</u>

Valor avaliado: 3.375,00

Ocorre que, em análise a documentação apresentada, o autor pleiteia na presente ação a mesma lesão em seu joelho direito, lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

II - DA SITUAÇÃO FÁTICA

O Autor foi vítima de acidente de trânsito ocorrido na Localidade de Lagoa do Peixe, Zona Rural, município de Ararendá/Ce, no dia 10 de Setembro de 2017, quando o mesmo pilotava a MOTOCICLETA marca/modelo HONDA/NXR 150cc BROS ES, ano fab/mod 2010/2011, cor PRETA, placa OCQ 6320-CE, chassi 9C2KD0550BR505257, licenciada em nome do requerente, na ocasião, o mesmo perdeu o controle e veio a cair sobre o solo após colidir em um animal (vaca), conforme narra Boletim de Ocorrência Policial em anexo.

Após o ocorrido o requerente recebeu atendimento médico no Hospital municipal de Ararendá/Ce, e dali foi transferido para o Hospital São Lucas da cidade de Crateús/Ce, onde recebeu atendimento médico especializado, conforme prontuário médico em anexo.

Conforme se percebe do prontuário de Atendimento, em anexo, o Autor foi diagnosticado com lesão em Membro Inferior Direito, que evoluiu com comprometimento considerável do Membro afetado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARENDÁ

SSM - Secretaria de Saúde do Município

SUS - Sistema Único de Saúde

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE PACIENTE EXTERNO

Sus 898 00326316 0256

Nº:

Data: 10/09/17

1. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

Nome: Felipe Vieira Sousa

Est. Civil: Solteiro

Sexo: M

Data do Nasc. 10/06/1989

Naturalidade: Ararendá

Prof.: _____

Procedência: Ararendá

Residência: Rua do Azeite

Filiação: Jose Vieira de Sousa, Maria Pedrique

Cônjuge: Marcelo

2. QUEIXA PRINCIPAL: Paciente sofreu queda de motocicleta (caindo de uma moto) apresentando lesões em antebraço, e joelho com uma lesão

3. HISTÓRIA ATUAL: continuidade em tratamento físico da lesão no joelho

Assim, constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a lesão no joelho direito foi anterior ao narrado na inicial.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de lesão idêntica que fora indenizada anteriormente e que não restou apurada como INVALIDEZ.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 8 de dezembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/CE 27954-A

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
14752 - OAB/CE